



Crise financeira mundial provoca mudanças na previdência privada da América Latina

Brasil seguiu seu próprio caminho e ampliou o acesso aos benefícios da Seguridade. Vários países americanos agora questionam o caminho que tomaram

A crise financeira no mercado global gerou impacto no modelo de previdência social adotado pelos países da América Latina nos anos 1980 e 1990. Os vários fundos de investimentos que lastreavam a previdência privada tiveram perdas bilionárias nos últimos meses. No Chile, os fundos de pensão registraram em suas contas redução de US\$ 20 bilhões e, na Argentina, o governo anunciou que o sistema voltaria para a proteção do Estado. O Brasil, que adotou um modelo próprio, aprimora sua estratégia (leia na página 2).

Sob a ideologia ultraliberal do ditador Augusto Pinochet, o Chile foi o primeiro país da América Latina a privatizar sua previdência. A reforma foi implantada em 1981 e durante toda a década se diferenciou dos demais países no que diz respeito ao modelo de Seguridade Social. Nos anos 1990, incentivados pelo Banco Mundial, principalmente, outros países da América Latina entraram na onda. México, El Salvador, Bolívia e Nicarágua, já na virada do milênio, seguiram o sistema implantado no Chile. O modelo chileno retirou do Estado a obrigação de pagar aposentadorias e pensões, que foram privatizadas. Nesse sistema, os trabalhadores têm contas individuais em regime de capitalização, administradas por instituições financeiras privadas – a chamada previdência complementar aberta –, que substituem a previdência pública, baseada em regimes de repartição simples.

No Uruguai e na Costa Rica, o modelo é misto. Nesses países o Estado e a iniciativa privada atuam de maneira complementar na previdência, na qual os governos oferecem um benefício básico para trabalhadores e servidores, que para receberem uma aposentadoria ou pensão maior têm que recorrer a um fundo de pensão.

Argentina, Colômbia e Peru adotaram, na última década, um tipo de previdência intermediária entre



os dois modelos descritos anteriormente. Neste modelo o sistema público de repartição e o sistema privado, de contas individuais atuam ao mesmo tempo.

Os trabalhadores podem optar entre um e outro. Outro modelo adotado na América latina é o cubano, na qual o Estado, por concepção política e econômica, provê o cidadão de todas as necessidades básicas, mas que enfrentou dificuldades nos anos 1990, após a queda do bloco soviético, e com a crise econômica. Mesmo assim, discute-se atualmente uma reforma na previdência, principalmente no aumento de idade mínima relativa à aposentadoria, que passaria dos 60 para 65 anos, no caso dos homens, e 55 para 60 anos, para a mulher, já a partir do próximo ano.

Brasil mantém modelo e amplia acesso

O Brasil desenvolveu um modelo próprio de Previdência Social, mantido apesar da onda de reformas liberais no restante da América Latina, nos anos 1990 e início desta década. O país mantém dois pilares em seu sistema. O primeiro, formado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para os trabalhadores do setor privado, e pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), para os servidores públicos. Em ambos, o Estado é fator preponderante para a sustentabilidade do modelo. O outro é a Previdência Complementar.

No RGPS, as empresas e trabalhadores recolhem para a Previdência Social. Para o RPPS, contribuem o servidor e o ente estatal. No caso dos Regimes Próprios, a Constituição estabelece que Estados e Municípios possam definir o plano de custeio, método de financiamento e o modelo institucional e organizacional.

O modelo brasileiro permite que os trabalhadores

complementem seus benefícios por meio da Previdência Complementar, que tanto pode ser fechada, voltada para os trabalhadores das empresas, ou aberta, à qual quem desejar pode aderir por meio de um fundo comercializado no mercado financeiro. A regulamentação da Lei 109/2001 permitiu uma nova modalidade de complementação: a Previdência Associativa, instituída por categorias de profissionais liberais como advogados e trabalhadores vinculados a entidades de classe.

Uma vantagem do modelo brasileiro é permitir a mobilidade da força de trabalho e as compensações previdenciárias, além de dar mais transparência às contas. A combinação de elementos públicos e privados e a diversificação de fontes dos benefícios, no futuro, aumentam a segurança dos contribuintes. Além disso, o papel do Estado permite redistribuição de renda, combate à pobreza e ampliação da inclusão social.

Evento em Salvador discute seguridade em 37 países

O desenvolvimento da seguridade social nos países das Américas será discutido de 10 a 13 deste mês, em Salvador, na 24ª Assembléia Geral da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS). O evento terá 1,2 mil participantes, dos quais 400 representantes dos 37 países. Organizado pelo Ministério da Previdência, Governo da Bahia, CISS e Aneprem, discutirá temas como migração, expansão da cobertura previdenciária no continente e aumento da proteção social.

A assembléia da CISS debaterá temas relacionados à seguridade social em seminários, oficinas e comissões técnicas, com destaque para a previdência do funcionalismo público e a importância da informação para os segurados. Além da parte oficial, o evento contará com uma programação paralela, com a discussão de temas como os Regimes Próprios de Previdência adotados por países federados, como Argentina, México e Canadá, além das políticas a serem desenvolvidas

pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Conferência - A CISS é um organismo internacional especializado, de caráter permanente. Seu objetivo é contribuir com o desenvolvimento da seguridade social nos países das Américas, além de estimular a colaboração entre as instituições que a constituem e manter relações de cooperação com outros organismos internacionais.

Para o evento de Salvador, algumas entidades, em parceria com o MPS, vão confeccionar produtos com materiais reciclados para distribuir aos participantes.

É o caso do Sebrae, que fornecerá o papel; do Projeto de Responsabilidade Social, Instituto Amigos do Vôlei Leila e Ricarda, que confeccionará bolsas a partir de banners descartados; e do projeto "Mudando papéis, reciclando vidas", de ressocialização de egressos penitenciários, do Ministério da Justiça, que fabricará os blocos de papel.

